



TESOURO NACIONAL

RTN 2021

Agosto

Publicado em
28/09/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Ago		Variação (2021/2020)		Agosto		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	890.946	1.218.089	36,7%	27,6%	121.417	150.563	24,0%	13,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	171.664	229.076	33,4%	24,5%	19.291	32.708	69,6%	54,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	719.282	989.013	37,5%	28,4%	102.127	117.855	15,4%	5,2%
IV. DESPESA TOTAL	1.320.584	1.072.325	-18,8%	-24,4%	198.197	127.735	-35,6%	-41,2%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-601.302	-83.312	-86,1%	-87,4%	-96.070	-9.880	-89,7%	-90,6%
Tesouro Nacional	-375.374	127.465	-	-	-85.811	5.955	-	-
Banco Central	-415	-349	-15,9%	-21,4%	-65	-20	-68,6%	-71,4%
Previdência Social (RGPS)	-225.513	-210.429	-6,7%	-13,3%	-10.194	-15.815	55,1%	41,4%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-12,5%	-1,5%	-	-	-15,4%	-1,4%	-	-

Memorando:

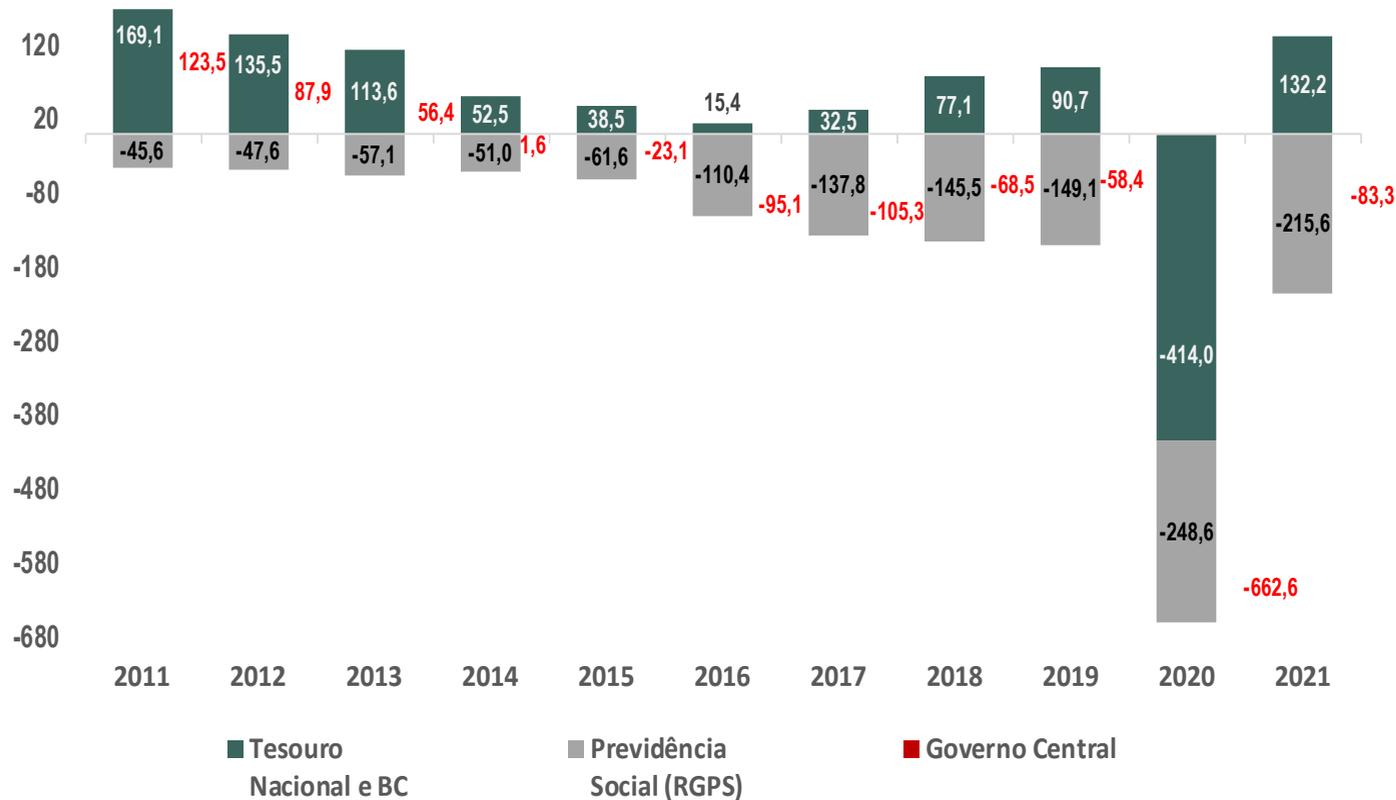
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	-375.789	127.116	-	-	-85.876	5.935	-	-
---	----------	---------	---	---	---------	-------	---	---

Em agosto de 2021, houve déficit primário de **R\$ 9,9 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 96,1 bilhões em agosto de 2020** (valores nominais).

No acumulado até agosto de 2021, houve déficit de R\$ 83,3 bilhões frente a déficit de R\$ 601,3 bilhões em 2020 (em valores nominais). Resultado influenciado pela evolução da arrecadação bem como pela focalização dos gastos em resposta à crise Covid-19.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de ago/21 – IPCA



Até agosto de 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 215,6 bilhões** (a preços de ago/21), enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 132,2 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

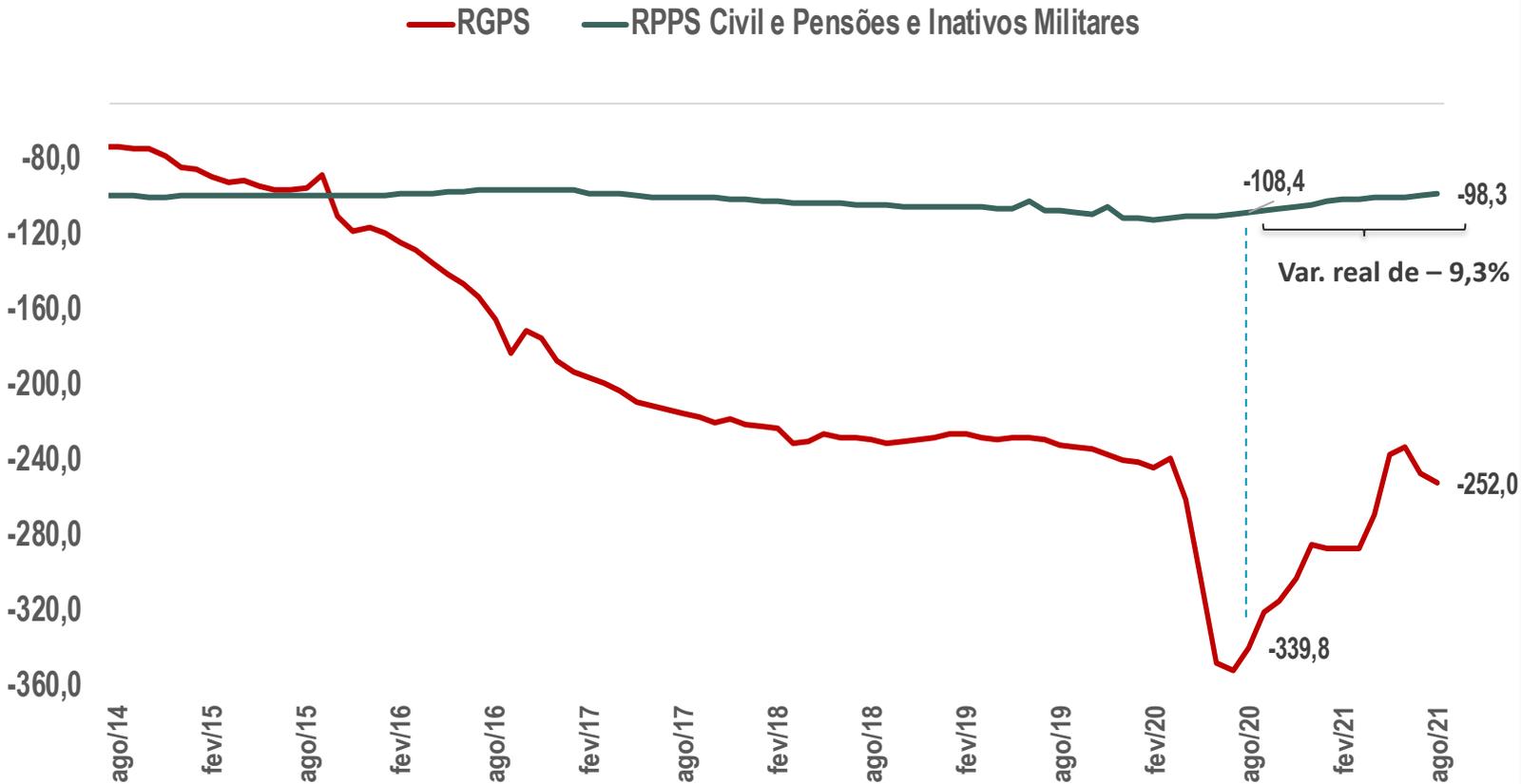
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
 Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de ago/21– IPCA



O resultado primário do **Governo Central** acumulado em 12 meses (até ago/2021) foi de **déficit de R\$ 236,2 bilhões**, equivalente a **2,7% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de ago/21- IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 350,4 bilhões (4,1% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até agosto de 2021, a preços de ago/2021 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre ago/20 e ago/21 em R\$ 87,7 bi deveu-se ao efeito conjunto da redução em R\$ 43,0 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 44,7 bi da arrecadação líquida do RGPS.

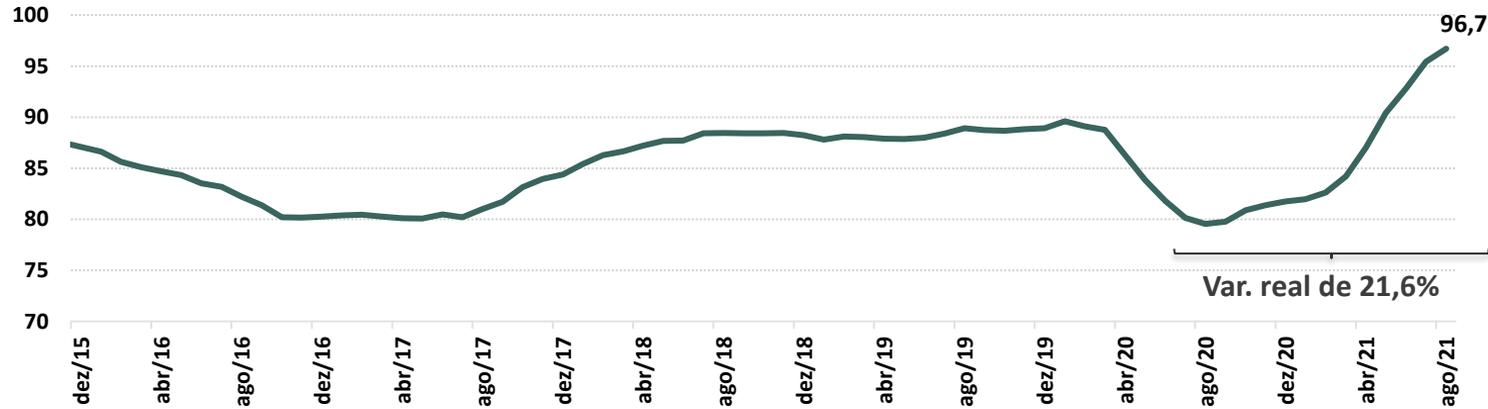
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

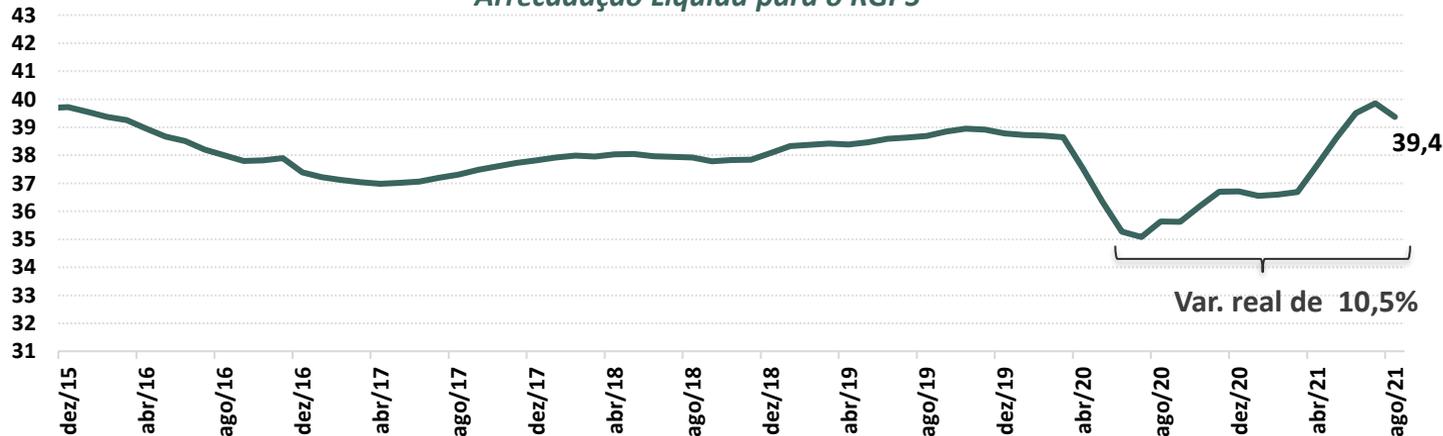
Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de ago/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou elevação real de **21,6%** em relação a agosto de 2020, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **10,5%**.

Arrecadação Líquida para o RGPS



A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021 – A preços de ago/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	133.169,9	150.562,9	17.393,0	13,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	75.454,8	90.573,9	15.119,1	20,0%
Imposto de Importação	3.888,1	5.005,4	1.117,3	28,7%
IPI	5.622,5	5.881,6	259,1	4,6%
Imposto de Renda	20.957,6	33.472,5	12.515,0	59,7%
IOF	1.008,5	4.498,9	3.490,4	346,1%
COFINS	29.826,4	24.663,8	-5.162,6	-17,3%
PIS/PASEP	8.190,5	6.575,2	-1.615,3	-19,7%
CSLL	4.125,4	7.661,3	3.536,0	85,7%
CIDE Combustíveis	236,7	270,3	33,6	14,2%
Outras	1.599,1	2.544,9	945,8	59,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	43.794,1	37.962,6	-5.831,5	-13,3%
Urbana	42.915,0	37.045,2	-5.869,7	-13,7%
Rural	879,1	917,4	38,3	4,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.921,0	22.026,4	8.105,3	58,2%
Concessões e Permissões	235,3	584,2	348,9	148,2%
Dividendos e Participações	694,8	7.161,7	6.466,8	930,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.564,5	1.420,5	-144,0	-9,2%
Exploração de Recursos Naturais	3.409,1	5.214,0	1.804,9	52,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	732,3	1.670,9	938,7	128,2%
Contribuição do Salário Educação	1.797,9	1.855,2	57,2	3,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	5.487,0	4.119,9	-1.367,1	-24,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	21.157,8	32.708,0	11.550,2	54,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	112.012,1	117.854,9	5.842,8	5,2%

Em agosto de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 17,4 bilhões (13,1%) em termos reais**, frente a agosto de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 15,1 bilhões na receita administrada pela RFB;
- redução de R\$ 5,8 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS; e
- crescimento de R\$ 8,1 bilhões nas receitas não administradas.

Os expressivos ganhos de dividendos e participações decorrem principalmente de pagamento de R\$ 6,1 bilhões pela Petrobrás sem contrapartida em agosto de 2020.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 5,8 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de ago/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	980.699,7	1.251.556,5	270.856,8	27,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	610.362,5	789.998,1	179.635,5	29,4%
Imposto de Importação	30.383,2	41.527,3	11.144,1	36,7%
IPI	34.714,4	46.999,6	12.285,3	35,4%
Imposto sobre a Renda	272.754,0	345.778,0	73.024,0	26,8%
IOF	18.635,6	29.978,7	11.343,1	60,9%
COFINS	139.223,1	178.899,7	39.676,6	28,5%
PIS/PASEP	39.725,4	49.894,5	10.169,1	25,6%
CSLL	57.483,9	79.303,7	21.819,8	38,0%
CIDE Combustíveis	1.591,0	951,5	-639,5	-40,2%
Outras Administradas pela RFB	15.852,0	16.665,1	813,1	5,1%
I.2 Incentivos Fiscais	-151,8	-87,5	64,3	-42,4%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	256.500,9	288.298,4	31.797,4	12,4%
Urbana	250.801,8	281.386,3	30.584,5	12,2%
Rural	5.699,1	6.912,1	1.212,9	21,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	113.988,1	173.347,6	59.359,5	52,1%
Concessões e Permissões	2.142,5	2.910,1	767,5	35,8%
Dividendos e Participações	4.161,0	21.918,3	17.757,4	426,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.482,6	11.340,0	-142,6	-1,2%
Exploração de Recursos Naturais	41.800,9	62.706,8	20.905,9	50,0%
Receitas Próprias e de Convênios	9.419,5	11.403,5	1.983,9	21,1%
Contribuição do Salário Educação	14.643,6	14.993,9	350,2	2,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,9	0,0	-34,9	-100,0%
Operações com Ativos	1.040,9	0,0	-1.040,9	-100,0%
Demais Receitas	29.262,0	48.075,0	18.813,0	64,3%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	188.988,6	235.203,9	46.215,3	24,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (II)	791.711,1	1.016.352,6	224.641,5	28,4%

No acumulado até agosto de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 270,9 bilhões (27,6%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

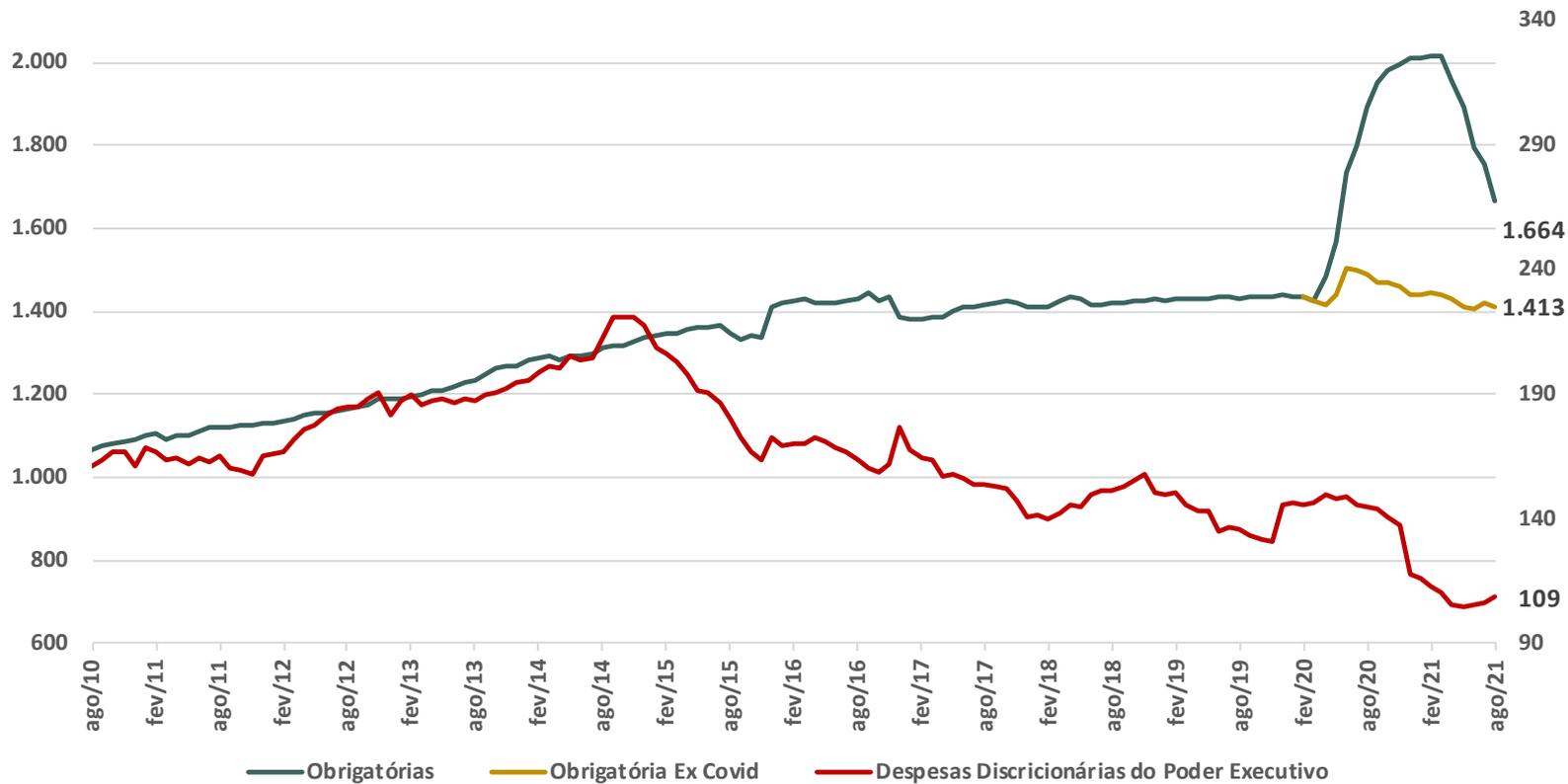
- elevação de R\$ 179,6 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 59,4 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 31,8 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 224,6 bilhões (28,4%) em termos reais frente aos oito primeiros meses de 2020.

A RFB estima redução de aproximadamente R\$ 59,3 bilhões no diferimento de tributos no período de jan-ago/21 em comparação ao mesmo período de 2020.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
 Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de ago/21- IPCA



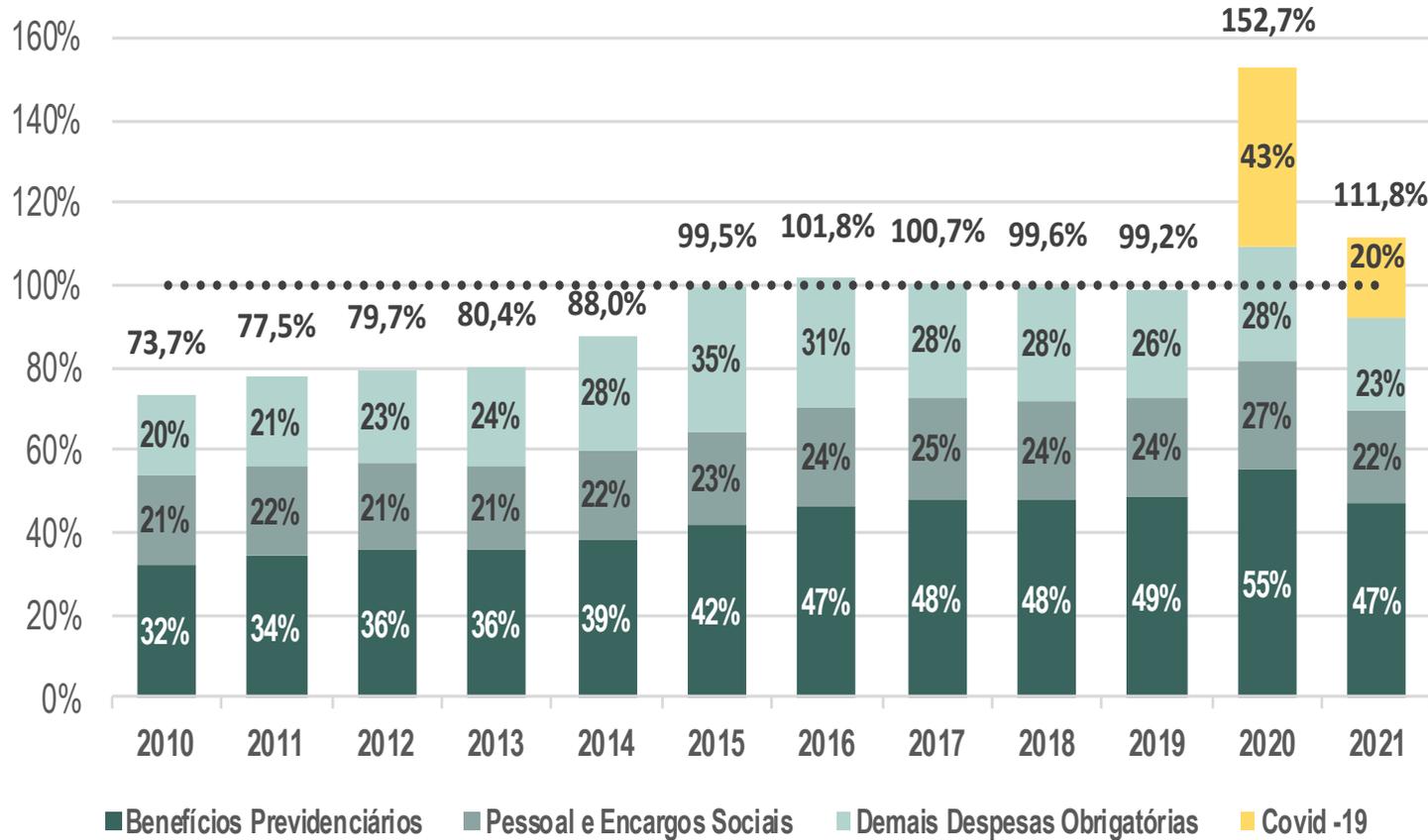
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 251,4 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de ago/21) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida** – Brasil
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até agosto



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deveu às despesas relativas à COVID-19.

Observa-se queda dos percentuais em 2021 influenciada pela elevação da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de ago/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	217.381,5	127.735,4	-89.646,2	-41,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	54.975,3	53.777,7	-1.197,6	-2,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	43.547,2	42.618,3	-928,8	-2,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	916,1	1.004,9	88,8	9,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.428,1	11.159,3	-268,8	-2,4%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	242,1	264,3	22,3	9,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.889,9	25.191,5	-1.698,4	-6,3%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	455,5	537,6	82,1	18,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	116.202,2	25.777,3	-90.424,9	-77,8%
Abono e Seguro Desemprego	4.817,0	2.708,3	-2.108,7	-43,8%
Apoio Fin. EE/MM	16.709,3	0,0	-16.709,3	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.680,3	5.775,1	94,8	1,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	70.996,4	14.753,7	-56.242,7	-79,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	765,8	499,2	-266,6	-34,8%
Fundeb/Fundef- Complementação da União	1.226,6	1.539,4	312,8	25,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	849,2	836,2	-13,0	-1,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,3	332,3	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	232,6	220,4	-12,2	-5,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	14.459,7	11,9	-14.447,8	-99,9%
Impacto Primário do FIES	-20,8	-1.336,4	-1.315,6	-
Demais	486,1	437,1	-49,0	-10,1%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fi	19.314,1	22.989,0	3.674,8	19,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	9.831,6	10.912,1	1.080,5	11,0%
Discricionárias	9.482,6	12.076,9	2.594,3	27,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	110.443,7	41.537,8	-68.905,9	-62,4%
Outras Despesas de Custeio	100.570,9	37.957,8	-62.613,2	-62,3%
Outras Despesas de Capital	9.872,8	3.580,0	-6.292,8	-63,7%

Em agosto de 2021 contra mesmo mês de 2020, a **despesa total apresentou queda de R\$ 89,6 bilhões (41,2%) em termos reais.**

Variação determinada principalmente por:

- R\$ 56,2 bi em Créditos Extraordinários;
- R\$ 16,7 bi em Apoio Fin. EE/MM;
- R\$ 14,5 em Subsídios e Subvenções; e
- R\$ 2,1 bi em Abono e Seguro Desemprego.

*Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de ago/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.454.290,1	1.099.686,3	-354.603,8	-24,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	505.113,4	503.861,2	-1.252,3	-0,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	403.020,0	400.404,8	-2.615,2	-0,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	102.093,4	103.456,3	1.362,9	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	230.028,6	221.603,8	-8.424,8	-3,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	559.389,8	219.352,2	-340.037,6	-60,8%
Abono e Seguro Desemprego	47.872,7	35.399,6	-12.473,2	-26,1%
Apoio Fin. EE/MM	60.706,2	0,0	-60.706,2	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.014,9	46.473,8	458,9	1,0%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,9	0,0	-34,9	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	323.427,4	84.247,8	-239.179,6	-74,0%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	12.488,4	13.361,6	873,2	7,0%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	7.178,1	6.659,8	-518,3	-7,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	3.643,4	3.643,4	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	24.000,3	18.035,3	-5.965,0	-24,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	26.074,0	5.290,5	-20.783,6	-79,7%
Impacto Primário do FIES	-254,9	-2.435,0	-2.180,1	855,3%
Demais	11.847,7	8.675,5	-3.172,2	-26,8%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	159.758,2	154.869,1	-4.889,1	-3,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	88.687,2	92.758,1	4.070,9	4,6%
Discricionárias	71.071,0	62.111,01	-8.960,0	-12,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	598.767,3	288.954,9	-309.812,4	-51,7%
Outras Despesas de Custeio	541.977,4	260.880,2	-281.097,2	-51,9%
Outras Despesas de Capital	56.789,9	28.074,67	-28.715,2	-50,6%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até agosto de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total sofreu redução de R\$ 354,6 bilhões (24,4%) em termos reais**. As principais variações foram:

- Créditos Extraordinários (-R\$ 239,2 bi);
- Apoio Fin. EE/MM (- R\$ 60,7 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 20,8 bi);
- Abono e Seg. Desemprego (-R\$ 12,5 bi);
- Despesas Discricionárias (- R\$ 9,0 bi); e
- Pessoal e Encargos Sociais. (- R\$ 8,4 bi).

Variações influenciadas diretamente pela redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹ apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	Acum. 2021
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.023,4	1.061,3	5.170,7	11.848,5	16.119,6	12.744,0	19.314,4	15.240,1	83.521,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	103,2	450,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	103,2	450,1
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.944,2	1.025,2	5.075,8	11.752,2	16.002,9	12.614,7	19.227,6	14.714,1	82.356,7
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	279,1	77,6	337,0	9.028,8	8.919,1	8.713,1	8.477,3	8.463,4	44.295,5
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	346,0	47,8	29,3	208,0	1.428,3	1.888,9	2.418,8	1.192,1	7.559,2
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	1.243,2	256,1	1.971,4	1.367,6	3.830,6	449,7	1.681,0	2.924,1	13.723,7
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	-	-	-	-	-	-	5.000,0	-	5.000,0
Aquisição de Vacinas	75,9	643,7	2.738,1	1.147,7	1.824,9	1.563,0	1.650,5	2.134,5	11.778,3
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	405,7	608,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	405,7	608,9
II.4.2 - Discricionárias	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	17,1	106,2
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	17,1	106,2
DESPESAS FINANCEIRAS	125,0	0,0	250,0	0,0	0,0	10,0	58,0	58,6	501,6
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	2.148,4	1.061,3	5.420,7	11.848,5	16.119,6	12.754,0	19.372,4	15.298,7	84.023,5

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

2020

2021

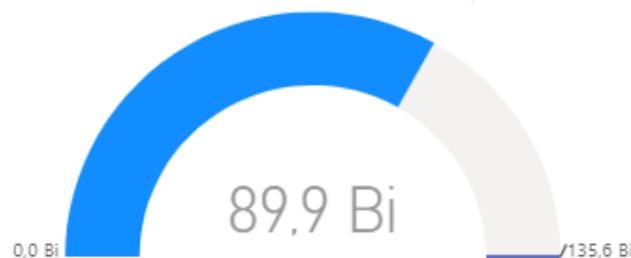
17/09/2021
Última atualização

Até o mês de:

setembro

Pago
89,9 Bi

Previsto
135,6 Bi



Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais						
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	64,90	47,14	MPs 937, 956, 970, 988, 999/2020, 1037, 1056/2021	🔗					
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	11,67	7,69	MPs nº 935/2020 e 1.044/2021	🔗	🔗				
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00	MPs nº 977, 972, 997, 1.020/2020 e 1.053/2021	🔗					
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,92	0,50	MP nº 963/2020	🔗					
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	25,94	16,31	Vide nota						
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	26,17	13,24	MPs nº 994, 1.004, 1.015/2020 e 1.048/2021	🔗	🔗	🔗	🔗		
Total	135,60	89,89							

A previsão de gastos com o enfrentamento ao COVID-19 para 2021 é de 135,6 bilhões.

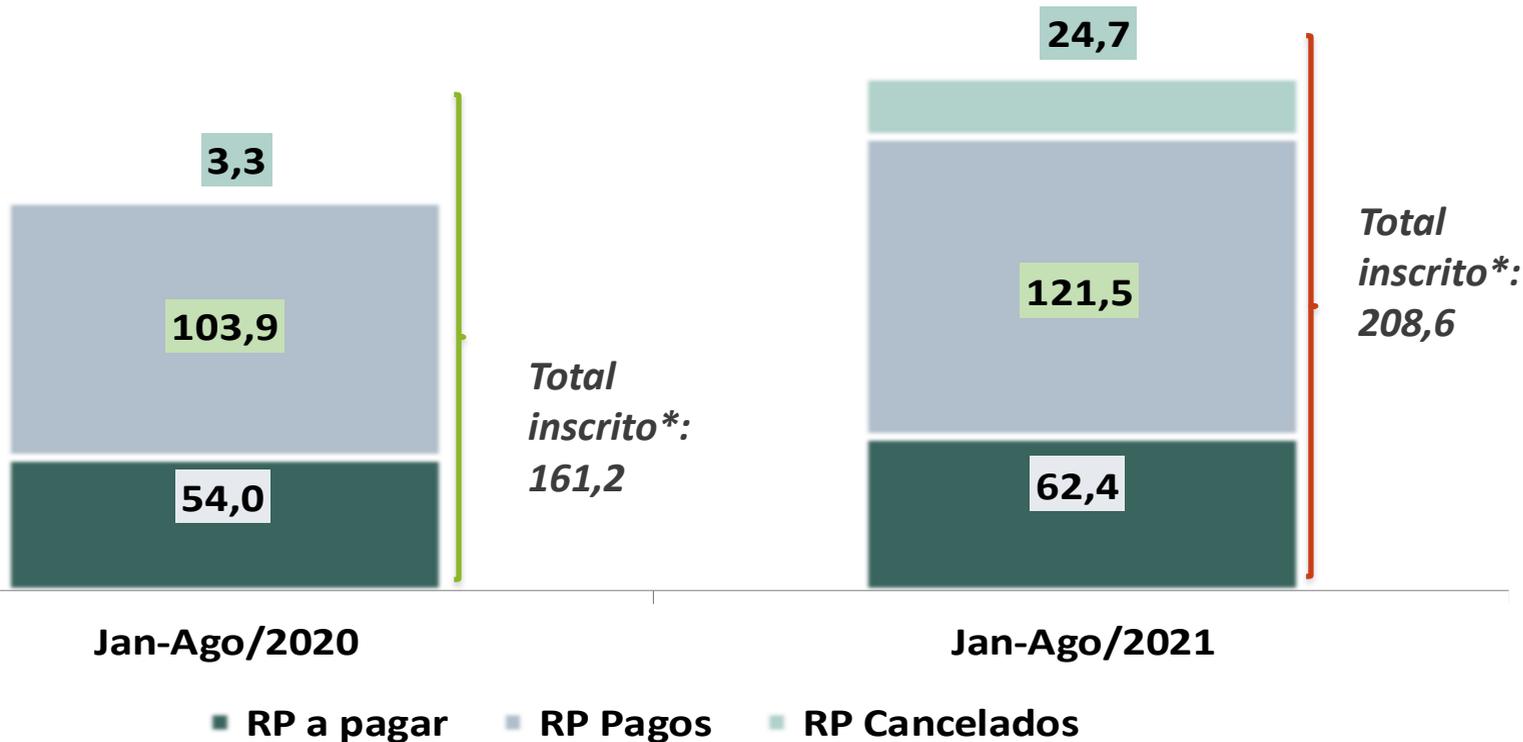
Desta dotação foram pagos, até o dia 17/09/2021, R\$ 89,9 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até agosto de 2021 correspondeu a **R\$ 121,5 bilhões**, contra **R\$ 103,9 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** até agosto de 2021 totalizaram **R\$ 24,7 bilhões** frente a **R\$ 3,3 bilhões** no mesmo período de 2020.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2020

✓ R\$ 1.402.818.174.499,94

Limite Para 2021

⚠ R\$ 1.485.936.445.066,36

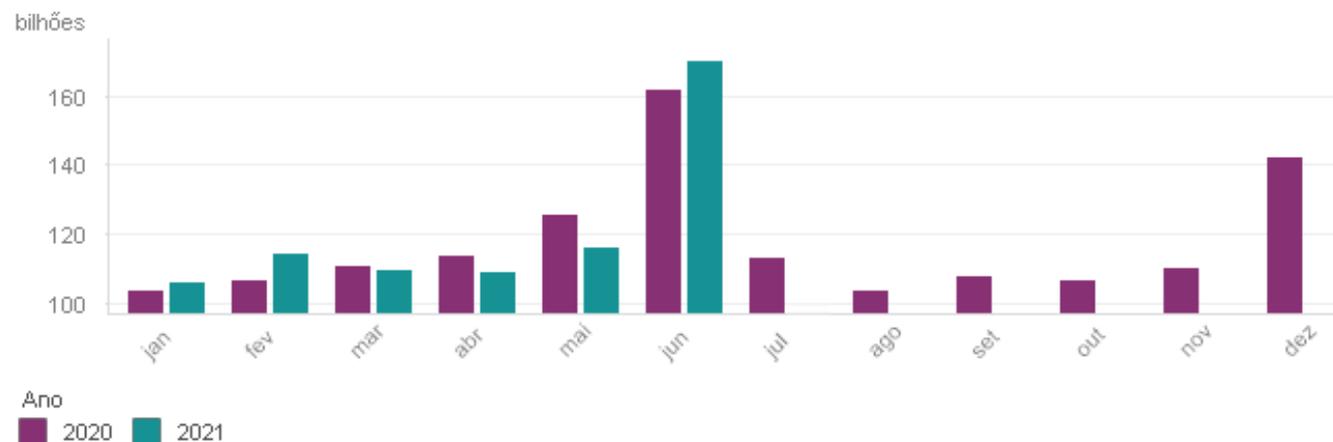
Pagamento acumulado em 2021

✓ R\$ 970.272.273.625,11

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	970.272	1.485.936	65,3%
II.1 Poder Executivo	931.191	1.421.604	65,5%
II.2 Poder Legislativo	7.649	12.837	59,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.563	6.166	57,8%
II.2.2 Senado Federal	2.805	4.539	61,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.281	2.133	60,1%
II.3 Poder Judiciário ²	26.975	44.189	61,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	398	660	60,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	915	1.550	59,0%
II.3.3 Justiça Federal	7.013	11.436	61,3%
II.3.4 Justiça Militar da União	339	557	60,9%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.527	7.536	60,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	11.946	19.495	61,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.734	2.754	62,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	103	201	51,0%
II.4. Defensoria Pública da União	335	559	59,9%
II.5 Ministério Público da União	4.123	6.747	61,1%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1, 3}	4.075	6.661	61,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	47	86	55,2%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 65,3% do limite estabelecido no PLOA 2021.

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Ago		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	937.456	970.272	3,5%	5,9%
II.1 Poder Executivo	898.550	931.191	3,6%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	7.577	7.649	0,9%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.521	3.563	1,2%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	2.782	2.805	0,8%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.275	1.281	0,5%	8,3%
II.3 Poder Judiciário ²	26.844	26.975	0,5%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	406	398	-1,8%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	930	915	-1,6%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	6.838	7.013	2,6%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	335	339	1,2%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.450	4.527	1,7%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	12.057	11.946	-0,9%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.707	1.734	1,5%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	121	103	-15,3%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	320	335	4,7%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	4.165	4.123	-1,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1,3}	4.120	4.075	-1,1%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	45	47	4,2%	3,3%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

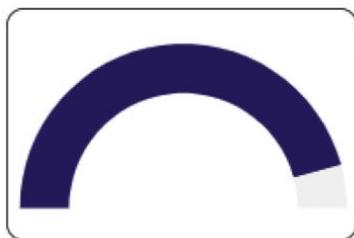
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

← mês
 Agosto de 2021

% da despesa coberta com a
 receita considerada



105,71%

Margem de suficiência dos
 últimos 12 meses

-82,25 Bi

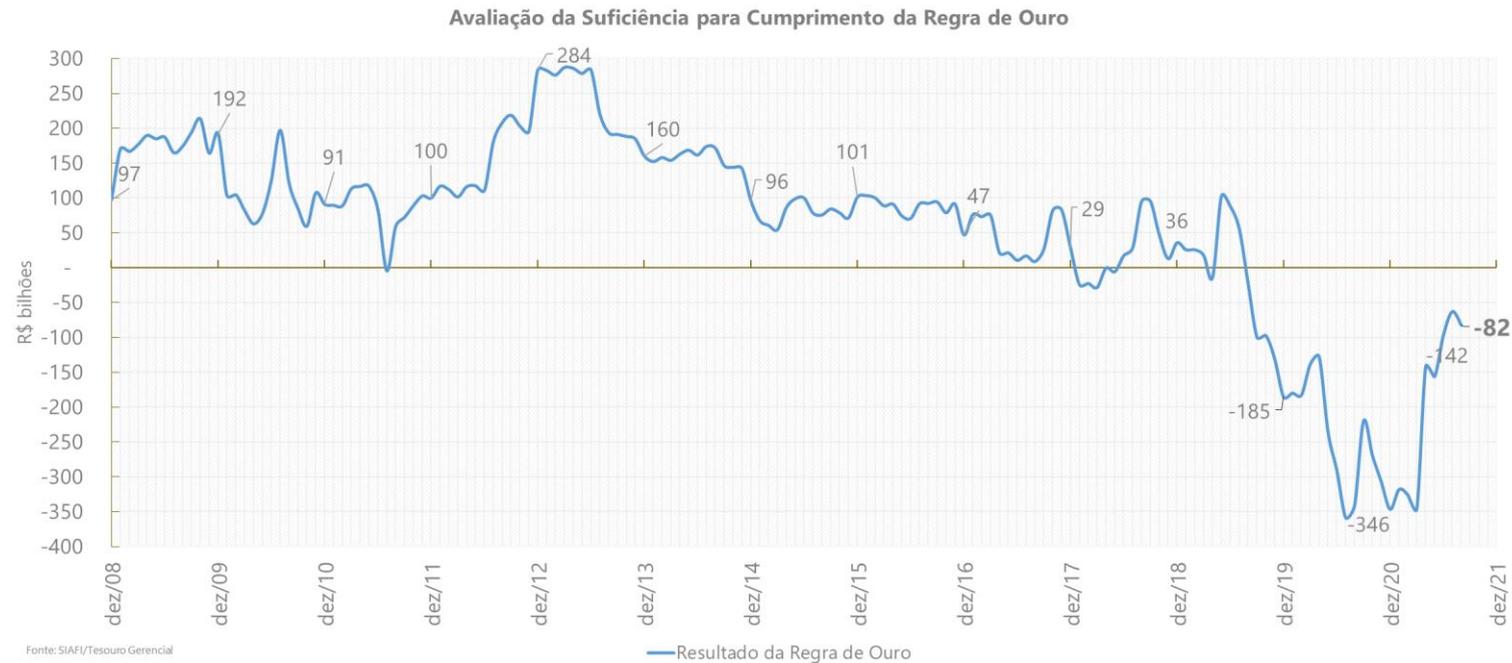
Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	7,82 Bi	1.069,31 Bi	1.439,51 Bi
Receitas Consideradas	36,41 Bi	999,47 Bi	1.521,76 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	72,07 Bi	1.375,88 Bi	2.197,44 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	30,07 Bi	335,84 Bi	635,11 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	5,59 Bi	40,57 Bi	40,57 Bi
Resultado	-28,59 Bi	69,84 Bi	-82,25 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*



No acumulado em 12 meses até agosto/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 82,3 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	Cenário 2021
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	1.936,9
<i>Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)</i>	2.089,4
<i>(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)</i>	110,0
<i>(-) Dedução da EC n. 109, art. 3º, § 2º (c)</i>	42,6
Despesas de Capital (II)‡	1.793,5
<i>Investimentos†</i>	38,9
<i>Inversões Financeiras†</i>	71,6
<i>Amortizações</i>	1.683,0
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-143,4
Operações ressalvadas PLN 9/2021 (IV)	164,1
Margem com PLN 9/2021 (V = III + IV)	20,7

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam uma insuficiência a ser sanada com a aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

O referido pedido de crédito suplementar foi enviado ao Congresso Nacional por meio do PLN 9/2021, no valor de R\$ 164,1 bilhões.

A utilização de fontes do superávit financeiro, como o resultado do BCB, da desvinculação de fundos públicos para pagamento de dívida pública, bem como a melhora do cenário de arrecadação contribuíram para reduzir a insuficiência, e consequentemente, a magnitude do crédito suplementar solicitado.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

SECRETARIA ESPECIAL

Tesouro  **Orçamento**

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

RTN Resultado do
2021 Tesouro Nacional

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	ago/06	6.271,5	ago/08	74.850,5	ago/11	117.798,8
2º	ago/08	6.267,6	ago/11	69.071,3	ago/08	81.219,0
3º	ago/98	5.747,9	ago/12	51.569,4	ago/12	74.389,2
4º	ago/10	3.863,1	ago/07	51.282,0	ago/13	68.582,9
5º	ago/05	3.781,7	ago/06	47.649,5	ago/05	55.193,1
6º	ago/07	3.663,5	ago/05	46.764,3	ago/06	53.558,4
7º	ago/04	3.460,1	ago/04	40.912,6	ago/07	52.380,7
8º	ago/09	3.382,7	ago/13	35.164,3	ago/04	45.408,2
9º	ago/00	3.271,9	ago/03	34.584,5	ago/10	45.168,3
10º	ago/99	2.643,4	ago/10	29.163,6	ago/03	43.166,8
11º	ago/11	2.537,3	ago/09	23.431,7	ago/14	37.567,6
12º	ago/03	2.487,5	ago/02	22.995,0	ago/01	23.776,2
13º	ago/01	2.389,3	ago/01	21.853,3	ago/02	22.878,8
14º	ago/97	1.587,3	ago/00	19.059,3	ago/00	21.913,2
15º	ago/12	1.385,3	ago/99	17.310,3	ago/09	20.019,6
16º	ago/02	1.324,1	ago/98	8.783,0	ago/99	16.104,4
17º	ago/13	-335,3	ago/97	4.591,8	ago/98	5.991,9
18º	ago/15	-5.706,3	ago/14	572,8	ago/15	-41.437,0
19º	ago/21	-9.880,5	ago/15	-17.381,8	ago/18	-96.256,1
20º	ago/17	-10.111,0	ago/19	-52.065,5	ago/19	-113.548,0
21º	ago/14	-10.647,3	ago/18	-58.738,8	ago/17	-172.024,7
22º	ago/19	-16.820,6	ago/16	-75.995,1	ago/16	-179.115,6
23º	ago/18	-19.657,4	ago/21	-83.312,3	ago/21	-225.265,0
24º	ago/16	-20.302,3	ago/17	-86.744,2	ago/20	-644.301,4
25º	ago/20	-96.070,0	ago/20	-601.302,2		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de ago/21 RTN 2021 Resultado do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - Valores de Ago/21 - IPCA						
Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses	
ago/98	23.164,2	ago/08	157.511,8	ago/11	214.332,1	
ago/06	14.280,5	ago/11	123.460,0	ago/08	171.522,6	
ago/08	12.903,6	ago/07	113.576,8	ago/05	133.023,0	
ago/00	11.567,1	ago/05	111.928,5	ago/12	127.675,4	
ago/99	10.079,4	ago/06	108.810,5	ago/06	122.747,0	
ago/05	8.942,0	ago/04	105.230,9	ago/03	121.414,7	
ago/04	8.673,8	ago/03	94.747,6	ago/04	117.324,5	
ago/07	8.007,5	ago/12	87.905,7	ago/07	116.173,3	
ago/01	7.938,5	ago/01	74.566,9	ago/13	111.146,7	
ago/10	7.293,7	ago/02	73.117,9	ago/10	86.954,7	
ago/03	6.683,5	ago/00	69.258,5	ago/01	81.396,5	
ago/09	6.673,1	ago/99	67.294,6	ago/00	80.221,4	
ago/97	6.560,0	ago/13	56.449,8	ago/02	72.974,8	
ago/11	4.467,7	ago/10	55.703,3	ago/99	62.400,3	
ago/02	4.094,0	ago/09	46.836,4	ago/14	58.705,1	
ago/12	2.317,8	ago/98	35.474,0	ago/09	40.210,4	
ago/13	-528,9	ago/97	19.138,6	ago/98	24.003,0	
ago/15	-7.714,1	ago/14	1.553,0	ago/15	-58.477,2	
ago/21	-9.880,5	ago/15	-23.117,7	ago/18	-113.587,1	
ago/17	-12.242,3	ago/19	-58.421,8	ago/19	-129.389,3	
ago/14	-15.764,7	ago/18	-68.485,4	ago/17	-210.341,0	
ago/19	-18.898,7	ago/21	-83.333,7	ago/16	-230.791,0	
ago/18	-22.843,1	ago/16	-95.059,7	ago/21	-236.201,0	
ago/16	-25.185,5	ago/17	-105.280,7	ago/20	-710.520,7	
ago/20	-105.369,4	ago/20	-662.579,0			